

# Revista

---

DE IMPRENSA

DESTAQUES - JANEIRO 2023

## DRAS



Região Autónoma  
da Madeira  
Governo Regional

Secretaria Regional  
**de Inclusão Social e Cidadania**  
Direção Regional da Cidadania e dos Assuntos Sociais

# Índice

	PÁG.
<b>DISPARIDADE SALARIAL</b>	
“Disparidade salarial na Região está abaixo da média”	3
<b>ECONOMIA SOCIAL</b>	
“Dirigentes de IPSS formados para Gestão”	4
<b>LITERACIA FINANCEIRA</b>	
“Governo leva literacia financeira a todos os concelhos”	5
<b>PROAGES</b>	
“Mais de 10 mil com ajudas ao pagamento de contas mensais”	6
“Aprovado programa de apoio às Famílias”	7
“2,5 milhões para apoio social às famílias”	8

<b>Título da Notícia</b>	<b>"Disparidade salarial na Região está abaixo da média"</b>
<b>Data e Página</b>	16 de Janeiro de 2023   Pág. 8
<b>JORNAL DA MADEIRA</b>	

8 **JM ECONOMIA** JM Segunda-feira 16 de Janeiro de 2023

**NACIONAL E EUROPEIA**

# Disparidade salarial na Região está abaixo da média

Em 2015, as mulheres recebiam menos 216,44 euros do que os homens. Em 2020, recebiam menos 154,64 euros, destaca Rita Andrade, enaltecendo o trabalho feito, e contínuo, em prol da igualdade.

	GAP dos Ganhos Médios mensais na RAM	GAP Salarial entre Homens e Mulheres em Portugal Continental	GAP Salarial entre Homens e Mulheres na UE
<b>2020</b>	12,47%	16,19%	13,00%
<b>2015</b>	18,65%	19,95%	15,50%



Aliás, numa análise aos indicadores dos ganhos mensais por género, em cinco anos (2015 a 2020), é perceptível que a disparidade salarial entre géneros diminuiu 61,8% na Região, circunstância que, sublinha Rita Andrade, "reflete o impacto das políticas de promoção da Igualdade promovidas pelo Governo Regional".

A título de exemplo, os indicadores em análise revelam que, em 2015, as mulheres recebiam menos 216,44 euros do que os homens. Uma diferença que se esbateu para os 154,64 euros, em 2020.

A secretária regional recorda que o trabalho em prol da igualdade entre homens e mulheres é reforçado no programa do XIII Governo Regional da Madeira, que "incorpora variadas políticas humanizantes e de inclusão promotoras de igualdade de oportunidades para a população".

Nesse sentido, e entre as medidas promotoras da valorização do Trabalho, Igualdade e Cidadania está o reforço da concertação social - cujo impacto na disparidade social entre homens e mulheres tem sido de extrema relevância - e o Plano Regional para a Igualdade e Cidadania Ativa (PRICA).

Na quarta edição, a ação do PRICA visa promover uma efetiva igualdade de oportunidades, vincando a aposta na capacitação profissional, como explica a tutela.

A Região desenvolveu ainda o 'Gua Regional para a Conciliação da Vida Profissional, Familiar e Pessoal', reforçando a sensibilização dos parceiros sociais para a necessidade de promover relações de trabalhos mais equilibradas e mais equitativas.

Nesta missão, enquadra-se também o PROFAMILIA, um programa desenvolvido pela Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania em parceria com a Associação Comercial e Industrial do Funchal e promovido pelo Instituto de Emprego da Madeira.

Numa altura em que todo o País enfrenta uma quebra populacional, esta medida regional visa, de acordo com a secretária regional da Inclusão Social e Cidadania, "assegurar condições de trabalho mais justas e fomentar a natalidade, fortalecendo assim o compromisso deste Governo com a defesa e promoção da igualdade de género".

Por **Paula Abreu**  
paula.abreu@jm-madeira.pt

A Madeira é a Região do País com a menor disparidade salarial entre homens e mulheres, como é possível constatar olhando para os indicadores estatísticos, que dão conta que o "GAP dos Ganhos Médios Mensais" se fixou, em 2020, na Região, em 12,5%, um valor inferior ao registado em território continental e à média da União Europeia (16,2% e 13%, respetivamente).

A secretária regional da Inclusão e Cidadania entende que este é um indicador positivo. "A circunstância de a Madeira registar uma menor diferença salarial en-

tre homens e mulheres comparativamente a Portugal Continental e à Europa é sinal de que estamos no caminho certo", expressou Rita Andrade ao nosso jornal, acrescentando que a menor diferença salarial entre géneros na Madeira é também um reflexo "do trabalho desenvolvido até aqui". A Região tem vindo a melhorar continuamente a sua posição no "Gender



Pay Gap' - o diferencial remuneratório entre homens e mulheres -, mantendo-se sempre abaixo da média nacional.

Todavia, Rita Andrade reconhece que "existe ainda um longo caminho a percorrer", mas assegura "o compromisso da Região em encontrar as melhores condições para esbater estas diferenças salariais".

### Maior redução da diferença de salários ocorreu na Madeira

Numa análise aos 'GAP dos ganhos médios mensais na RAM', é possível verificar que, entre 2015 e 2020, foi na Região onde se verificou a maior redução percentual da diferença salarial entre homens e mulheres. Com efeito, em 2015 o GAP estava nos 18,65% e, em

2020, baixou para 12,47%, o que representa uma redução de 4,18%. Em Portugal continental, a redução nesse período foi de 3,76%, baixando de 19,95% para 16,19% e, na União Europeia (na forma não corrigida), baixou 2,5%, de 15,5% para 13%.

<b>Título da Notícia</b>	"Dirigentes de IPSS formados para Gestão"
<b>Data e Página</b>	18 de Janeiro de 2023   Pág. 7
<b>DIÁRIO DE NOTÍCIAS</b>	

DIÁRIO DE NOTÍCIAS Quarta-feira, 18 de Janeiro de 2023



Rita Andrade acompanhou o arranque do programa da Entrajuda na Madeira.

## Dirigentes de IPSS formados para Gestão

**ACÇÃO CONTA COM 34 FORMANDOS REPRESENTANTES DE 50% DAS IPSS DO ARQUIPÉLAGO**

**MARIANNA PACIFICO**  
mpacifico@dnocias.pt

A Entrajuda - Apoio a Instituições de Solidariedade Social, em parceria com a Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania, deu início, ontem, na Região Autónoma da Madeira ao Programa Compacto de Gestão e Organização para dirigentes de IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Na sessão de arranque da acção formativa, Pedro Castello Branco, coordenador pedagógico do programa, fez saber que o cumprimento das obrigações financeiras legais é um dos principais problemas das IPSS.

O também docente e formador entende que os dirigentes das IPSS de todo o País "não têm tido muita desenvoltura para a prestação de contas".

"É preciso melhorar [a habilitação dos técnicos], temos que ter a noção que as instituições têm todas recursos limitados, ou seja, como foco é o apoio social, muitas vezes têm, e bem, muitos técnicos na área social, mas com a evolução dos tempos e das obrigações é preciso especialistas em quase todas as áreas. As IPSS devem passar a ser geridas como toda e qualquer organização, por serem do sector social não quer dizer que tenham menos obrigações ou menos exigências em termos de gestão", disse.

Dotar as IPSS da Região de "mais conhecimentos e maior desenvoltura na gestão interna das organizações" é precisamente o principal objectivo da formação que decorre no Colégio dos Jesuítas. A governante com a pasta da Inclusão Social, Rita Andrade, esteve presente no arranque da acção que conta com 34 formandos, dirigentes ou coordenadores das

IPSS com actuação na Região. Questionada sobre as principais dificuldades das IPSS, a governante confirmou que a prestação de contas é uma delas, acrescentando "as questões da comunicação e de toda a componente digital", além do "tema comum", a falta de recursos humanos.

Na ocasião, a secretária destacou a pertinência do projecto orientado para o sector social "que tem tido uma crescente procura e um crescente nível de exigência" e louvou a "adesão enorme" ao projecto vocacionado para a economia social, referindo que 50% das IPSS da Região participam na 1.ª fase da formação, existindo já uma "lista de espera" para acções de formação futuras.

A par de "alavancar uma transformação e uma inovação", a governante sublinha o objectivo de, no futuro, "avaliar o impacto da formação e tentar perceber realmente o que é que [as IPSS] mudaram em termos da sua actuação, da sua sustentabilidade e inovação", apontando que a acção vai permitir às organizações criar parcerias e novos tipos de financiamento.

No final da primeira fase de formação, que termina a 28 de Fevereiro, o Governo Regional vai, "caso os formandos, de facto, não faltem e tenham uma avaliação satisfatória, participar em 50% o valor da inscrição", que custa 150 euros, revelou Rita Andrade.

O projecto Gestão e Organização para dirigentes de IPSS da Madeira conta com cinco módulos: Planeamento e Gestão; Prestação de Contas; Marketing Social; Gestão de Pessoas e Avaliação de Desempenho; Liderança.

Os módulos visam, segundo Pedro Castello Branco, ajudar os formandos "a olhar para a conjuntura e definir objectivos tendo em conta os recursos limitados que têm", facilitar o cumprimento das suas obrigações legais, ensiná-los a divulgar o trabalho que fazem, o que vai permitir captar mais pessoas para os seus serviços, algo que apesar de ser mau porque é sinónimo de carências, pode ser benéfico para a captação de apoios.

<b>Título da Notícia</b>	"Governo leva literacia financeira a todos os concelhos"
<b>Data e Página</b>	31 de Janeiro de 2023   Pág. 2
<b>DIÁRIO DE NOTÍCIAS</b>	

**FINANÇAS**

# Governo leva literacia financeira a todos os concelhos

**PROGRAMA TEM A PARCERIA DO BANCO DE PORTUGAL E DAS AUTARQUIAS MADEIRENSES**

**ROBERTO FERREIRA**  
rferreira@dnoticias.pt

A Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania promove esta terça-feira, a partir das 16h30, no Salão Nobre da Câmara Municipal do Funchal, a sessão de lançamento do 'Programa Regional de Educação e Inclusão Financeira 2023-2025'.

Contribuir para a formação financeira dos consumidores madeirenses, proporcionando-lhes ferramentas para responderem de forma correcta a situações do quotidiano que envolvam decisões financeiras, é o objectivo deste plano cujos destinatários é a comunidade em geral, sobretudo a população adulta financeira e socialmente mais vulnerável.

Saber gerir a condição financeira pessoal é, segundo a secretária Regional, uma ferramenta de prevenção essencial para qualquer cidadão, sobretudo num cenário económico tão desafiante como o actual. "O Programa Regional de Educação e Inclusão Financeira reveste-se, por isso, de crucial importância e não temos dúvidas que será de grande utilidade para as nossas famílias", conclui a governante.

Este projecto conta com a parceria de três supervisores financeiros - Banco de Portugal, Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos



**Rita Andrade acredita que a iniciativa será de grande utilidade para as famílias.**

de Pensões e Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e câmaras municipais da Região -, entidades com as quais foi assinado, em Novembro do ano passado, um protocolo de cooperação no âmbito da promoção de formação financeira dos cidadãos residentes na Madeira.

O programa, que arranca hoje no Funchal, materializa-se através da dinamização de acções de sensibilização em todos os municípios, envolvendo os supervisores financeiros, responsáveis pela implementação do plano e outros parceiros estratégicos.

**Alcançar o maior número de**

peçoas é a meta da Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania que enaltece a pronta adesão das autarquias a esta iniciativa.

#### **O que é?**

Através do 'Programa Regional de Educação e Inclusão Financeira 2023-2025', pretende-se que a população abrangida pelas acções de formação adquira conhecimentos e atitudes financeiras elementares e desenvolva comportamentos preventivos face a situações de risco que possam afectar o seu rendimento.

Esta iniciativa tem também como metas a promoção do recur-

so responsável ao crédito, a correcta gestão do orçamento familiar e pessoal e o reforço das competências digitais dos consumidores, por forma a facilitar a identificação de riscos associados a produtos e serviços financeiros disponibilizados via digital, entre outras.

A formação fica a cargo dos técnicos da Direcção Regional da Cidadania e dos Assuntos Sociais que receberam, para o efeito, formação financeira especializada proporcionada pelo Banco de Portugal, Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

<b>Título da Notícia</b>	<b>“Mais de 10 mil com ajudas ao pagamento de contas mensais”</b>
<b>Data e Página</b>	<b>3 de Janeiro de 2023   Pág. 9</b>
<b>DIÁRIO DE NOTÍCIAS</b>	

## Mais de 10 mil com ajudas ao pagamento de contas mensais



Rita Andrade com Graça Moniz, que gere o programa de apoio social.

**ROBERTO FERREIRA**  
rferreira@dnoticias.pt

10.428 pessoas já beneficiam do Programa de Apoio à Garantia de Estabilidade Social (PROAGES), ajuda que vai continuar em 2023, como assegura o Governo Regional.

Num ano fortemente marcado por um cenário pós-pandémico e por uma guerra na Europa, que levou a população a se deparar com o aumento exponencial do custo dos bens de primeira necessidade, elevado a níveis históricos, o Governo Regional, através da Secretaria de Inclusão Social e Cidadania, avançou com a criação de uma ferramenta de apoio excepcional à classe média, com vista à comparticipação das despesas mensais fixas dos agregados familiares, nomeadamente água, luz, gás, telecomunicações e combustíveis.

Feitas as contas, 3.059 famílias foram já apoiadas pelo Governo Regional, através deste apoio económico, totalmente suportado pelo Orçamento da Região. Os dados revelados pela SRIC, em jeito de balanço do ano de 2022, mostram uma adesão em massa a esta ajuda social, destinada às famílias trabalhadoras. Em apenas um mês – Dezembro – o número de pessoas auxiliadas disparou 62,5%. No final de Novembro, como o DIÁRIO noticiou, o PROAGES chegava a 6.400. No final do ano estava já nas 10.400, um aumento de 4 mil pessoas.

### MAIS DE 3 MIL FAMÍLIAS BENEFICIAM DE APOIO MENSAL PARA PAGAR DESPESAS

Face ao alcance da medida criada pelo executivo madeirense, a verba inicialmente inscrita de 1,6 milhões de euros foi reforçada em 905 mil euros. No total, em 2022, foi investido neste programa de apoio social, que abrange os 11 concelhos da Região, um montante global que supera os 2,5 milhões de euros.

Trata-se de um apoio mensal, 12 meses por ano, que pode chegar aos 80 euros por mês. “Esta não é uma ajuda pontual, que se esgota uma única vez, como tem vindo a fazer o Governo da República”, frisa a secretária regional com a tutela dos apoios sociais.

“O PROAGES terá continuidade em 2023, e enquanto se mantiverem as condições socioeconómicas que o justifiquem, garantindo, desta forma, a estabilidade e coesão social, um dos grandes desígnios deste Governo Regional. É um programa que apoia famílias trabalhadoras em situação de maior vulnerabilidade, neste contexto de aumento dos preços dos bens essenciais e subida da inflação”, destaca a governante.

Rita Andrade sublinha o facto de o programa ter chegado a mais de 3

mil famílias madeirenses e garante que o Governo Regional vai continuar a procurar “as soluções mais adequadas para o apoio às famílias”.

#### Requisitos

O PROAGES destina-se apenas a famílias trabalhadoras. Os outros requisitos de elegibilidade ao apoio dos agregados são: não beneficiar de apoios da acção social, designadamente de RSI e de subsídios de carácter eventual. Os candidatos também não podem ter um rendimento per capita igual ou inferior valor do Indicador dos Apoios Sociais em vigor.

No entanto, importa sublinhar que inicialmente, esse o valor do agregado familiar correspondia ao valor de um IAS, no montante de 443,20 euros. Posteriormente, este parâmetro foi alterado, tendo sido fixada uma majoração em 20% sobre o valor do IAS, perfazendo o valor per capita de 531,84 euros, com o objectivo de poder apoiar um maior número de famílias. Isto é, feitas as contas ao rendimento familiar e dividindo pelo número de elementos que o compõem, o mesmo não pode ser superior a 531,84 euros/pessoa. Um agregado de quatro elementos que tenha um rendimento de 2.100 euros por mês é elegível ara este programa.

Os apoios começam nos 50 euros por mês para famílias sem dependentes e chegam aos 80 euros para agregados com três ou mais dependentes a cargo.

<b>Título da Notícia</b>	"Aprovado programa de apoio às Famílias"
<b>Data e Página</b>	13 de Janeiro de 2023   Pág. 7
<b>JORNAL DA MADEIRA</b>	

**JM**  
Sexta-feira  
13 de janeiro de 2023



CONSELHO DO GOVERNO

## Aprovado programa de apoio às famílias

Por **Iolanda Chaves**  
ichaves@jm-madeira.pt

O Programa de Apoio à Garantia de Estabilidade Social 2023 (PROAGES-2023) foi aprovado ontem em reunião de Conselho do Governo.

Trata-se de uma medida, sob a responsabilidade da Direção Regional da Cidadania e dos Assuntos Sociais, que contempla 2,5 milhões de euros (ME) para ajudar as famílias madeirenses a suportarem os custos da inflação.

De acordo com o comunicado referente às conclusões da reunião, o PROAGES visa "incrementar um apoio suplementar ao rendimento

#  
**2,5**

**MILHÕES** de euros é o montante a distribuir pelos agregados familiares madeirenses.

das famílias, atendendo à subida da taxa de inflação e ao consequente aumento dos preços e dos encargos mensais a suportar pelos agregados familiares, decorrentes do conflito bélico entre a Rússia e a Ucrânia".

O Executivo regional, reunido na Quinta Vigia, aprovou a adjudicação de quatro prédios rústicos, decorrente de hastas públicas, adianta a mesma fonte.

Os prédios em causa situam-se na freguesia de São Martinho, concelho do Funchal; no Sítio do Poço Gil, freguesia e concelho de Machico, na Malata-Larano, freguesia do Porto da Cruz, concelho de Machico, e na Tendeira, freguesia do Caniço, concelho de Santa Cruz.

<b>Título da Notícia</b>	"2,5 milhões para apoio social às famílias"
<b>Data e Página</b>	13 de Janeiro de 2023   Pág. 6
<b>DIÁRIO DE NOTÍCIAS</b>	

## 2,5 milhões para apoio social às famílias

O Conselho do Governo, reunido ontem, em plenário, aprovou a criação do Programa de Apoio à Garantia de Estabilidade Social 2023 (PROAGES-2023), "visando incrementar um apoio suplementar ao rendimento das famílias, atendendo à subida da taxa de inflação e ao conseqüente aumento dos preços e dos encargos mensais a suportar pelos agregados familiares, decorrentes do conflito bélico entre a Rússia e a Ucrânia, no

montante de 2.500.000,00 € (dois milhões, quinhentos mil euros), cuja entidade gestora será a Direcção Regional da Cidadania e dos Assuntos Sociais".

De entre as resoluções constam ainda: autorizar a adjudicação de prédio rústico, localizado na Nazaré, freguesia de São Martinho, concelho do Funchal, na sequência da hasta pública n.º 8/2022/DRPA; autorizar a adjudicação de prédio rústico, localizado em Sítio do

Poço Gil, freguesia e concelho de Machico, na sequência da hasta pública n.º 8/2022/DRPA; autorizar a adjudicação de prédio rústico, localizado em Maiata-Larano, freguesia do Porto da Cruz, concelho de Machico, na sequência da hasta pública n.º 8/2022/DRPA; e autorizar a adjudicação de prédio rústico, localizado em Tendeira, freguesia do Caniço, concelho de Santa Cruz, na sequência da hasta pública n.º 8/2022/DRPA.